

PREGÃO ELETRÔNICO

90017/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180101)

OBJETO

*Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de **serviços de publicação** de extrato do edital **em jornal diário de grande circulação**.*

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **25/06/2026** às **08h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026

(Processo Administrativo nº 025.00006011/2026-35)

Torna-se público que o(a) *Secretaria da Segurança Pública*, por meio do(a) *Gabinete do Secretário e Assessorias, UASG 180101*, sediado(a) na *rua Líbero Badaró, 39, Centro, São Paulo/SP*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **o Registro de preços** para contratação(ões) futura(s) de **serviços de publicação** de extrato do edital **em jornal diário de grande circulação**, para atendimento das demandas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, enquadrando-se como serviços comuns não contínuos e não definidos como serviços de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. ***A licitação será realizada em único item.***

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **Trata-se de licitação para registro de preços**, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as **regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte**, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para o item, a **participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006**, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de

integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;**

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *1% (um por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º*

do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, **não será admitida a previsão de preços diferentes** em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados **indício de inexecuibilidade** das **propostas valores inferiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, **não haverá exigência** de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, **que conhece o local** e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. *As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.*

10.2.1. *A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.*

10.2.2. *Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.*

10.3. *A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:*

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. *Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:*

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo e-mail: ssp.licitacoes@sp.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. *pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. **A sanção de multa será calculada em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.**

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no

prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: e-mail: ssp.licitacoes@sp.gov.br ou protocolo tempestivo de documento físico, no endereço do preâmbulo deste instrumento.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e Compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *Diário Oficial do Estado*.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.1.2. *Anexo I.2 – Memorial Descritivo;*

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;*

14.15.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.6. *ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços.*

São Paulo, na data da assinatura digital.

EUGÊNIO APARECIDO DE LIMA
Subscritor do Edital

ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	180101-ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL	RAFAEL DIEGO BARBOSA	09/06/2026 14:35 (v 0.7)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	77/2026	025.00006011/2026-35

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EUGENIO APARECIDO DE LIMA

Chefe de Divisão



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 14:32:38.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - tr_licitacao_servicos_sem_mo_lei_14133_ESP_07_01_2026 (9).pdf (771.2 KB)

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 025.00006011/2026-35.)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Registro de preços** para contratação(ões) futura(s) de **serviços de publicação** de extrato do edital em jornal diário de grande circulação, para atendimento das demandas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT GOV e CAT BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação	4227 / 2569	01	640	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. **O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000022/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

III) Id do item no PCA: 154;

IV) Classe/Grupo: 836 – Serviços de Publicidade;

V) Identificador da Futura Contratação: 180101-77/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:*

4.1.1. *Práticas voltadas à racionalização do consumo de recursos materiais e à priorização de meios digitais para execução das atividades relacionadas às publicações oficiais da Secretaria da Segurança Pública.*

4.1.2. *Priorizados procedimentos eletrônicos para encaminhamento das solicitações de publicação, envio de layouts, recebimento dos comprovantes de publicação e armazenamento documental, visando redução do consumo de papel, otimização dos fluxos administrativos e maior eficiência operacional.*

Garantia da contratação

4.2. ***Não haverá exigência da garantia da contratação*** dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. ***Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local*** de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. ***Início da execução do objeto: 01 (um) dia*** a contar da assinatura do contrato;

Especificação da garantia do serviço

5.2. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.3. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto será realizada pelo Gestor e Fiscais nomeados, considerando a eficácia da publicação para fins aos quais se destinam, lavrando recebimento definitivo para consignar o exaurimento das contratações.*

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **01 (um) dia**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os *parâmetros definidos no item 5, deste termo de referência*, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **01 (um)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo

prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. **Sociedade cooperativa:** *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);*

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.20. *Comprovação de aptidão para execução de serviço compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;*

8.20.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de serviços de publicação de atos oficiais, editais ou matérias em jornal diário de grande circulação;

8.21. *Para fins de comprovação da **capacidade técnico-operacional**, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a **execução mínima de 320 (trezentos e vinte) publicações** de extratos de editais, atos oficiais ou matérias correlatas em jornal diário de grande circulação, equivalente a **50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado** do objeto licitado;*

8.21.1. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;*

8.21.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.21.3. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;*

Outras comprovações

8.22. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.23. *Tratando-se de consórcio:*

8.23.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;*

8.23.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter **sigiloso** e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

São Paulo na data da assinatura digital.

EUGÊNIO APARECIDO DE LIMA
Chefe de Divisão

ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL

Estudo Técnico Preliminar 39/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 025.00006011/2026-35

2. Descrição da necessidade**2.1. Fundamentação da necessidade da contratação**

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços de publicação de extratos de editais, avisos, comunicados, homologações, revogações, suspensões, resultados e demais atos administrativos da Secretaria da Segurança Pública – SSP, em jornal diário de grande circulação, em atendimento às exigências legais de publicidade previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 54, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, além da divulgação integral dos editais e respectivos anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, permanece obrigatória a publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação, constituindo mecanismo complementar de publicidade oficial destinado à ampliação da transparência, da competitividade dos certames e do controle social sobre as contratações públicas.

A necessidade da contratação decorre diretamente do princípio constitucional da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, assegurando ampla divulgação dos atos administrativos e licitatórios, transparência da atuação estatal, acesso da sociedade às informações públicas e fortalecimento da legitimidade dos procedimentos administrativos.

Embora a Lei nº 14.133/2021 tenha ampliado os meios eletrônicos de divulgação, especialmente por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o legislador optou expressamente pela manutenção da publicação em jornal diário de grande circulação como mecanismo adicional de publicidade oficial, preservando sistema publicitário mais amplo, plural e acessível à sociedade.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo consolidou entendimento de que a caracterização de jornal de grande circulação deve observar critérios mínimos de abrangência e efetiva circulação, visando assegurar que a publicidade legal alcance finalidade efetiva de ampla divulgação dos atos administrativos.

Atualmente, a SSP utiliza os serviços por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº DSA/CG 005/2025, gerenciada pelo Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral – DSA/CG. Contudo, conforme MENSAGEM Nº DSACG-201/500/26, de 14MAI26, foi informado aos órgãos participantes que a referida Ata não terá sua vigência prorrogada, em razão da ausência de concordância da empresa detentora quanto à renovação nas condições pactuadas, possuindo vigência apenas até 29JUL26.

Na mesma oportunidade, o DSA/CG recomendou que os órgãos participantes promovessem diligências próprias visando à realização de nova contratação ou eventual adesão a outras atas existentes, esclarecendo, ainda, que futura ARP eventualmente elaborada pelo Departamento não contemplará participação de outras Unidades.

Dessa forma, evidencia-se necessidade administrativa superveniente de instauração de nova contratação própria pela Secretaria da Segurança Pública – SSP, visando assegurar a continuidade regular e ininterrupta dos serviços de publicidade oficial indispensáveis à tramitação dos procedimentos licitatórios, contratações administrativas e demais atos oficiais da Pasta.

A ausência da contratação poderá ocasionar prejuízos à continuidade administrativa, atrasos na tramitação de procedimentos licitatórios, riscos de descumprimento das exigências legais de publicidade e eventual comprometimento da validade dos atos administrativos praticados pela Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Compras	Daylson Moreira Pereira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução pretendida deverá contemplar a futura e eventual prestação de serviços de publicação de extratos de editais, avisos, comunicados, homologações, revogações, suspensões, resultados e demais atos administrativos da Secretaria da Segurança Pública – SSP, em jornal diário de grande circulação, em mídia física e/ou digital.

Os serviços deverão ser executados sob demanda, de forma parcelada, conforme necessidade administrativa da SSP, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo, frequência mínima de solicitações ou contratação integral dos quantitativos estimados.

A futura contratação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- a) publicação dos atos administrativos e licitatórios em jornal diário de grande circulação;
- b) circulação diária regular do periódico utilizado;
- c) disponibilidade de seção destinada à publicidade legal, atos oficiais, editais ou equivalente;
- d) abrangência compatível com a finalidade de ampla publicidade dos atos administrativos da Administração Pública;
- e) manutenção de estrutura editorial regular e profissionalizada;
- f) possibilidade de publicação em mídia física e/ou digital;
- g) recebimento eletrônico das solicitações de publicação;
- h) confirmação do recebimento das demandas encaminhadas pela Administração;
- i) informação da data prevista para publicação;
- j) encaminhamento de comprovantes digitais das publicações realizadas;
- k) manutenção de disponibilidade operacional contínua durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes;
- l) observância de padrão gráfico compatível com publicações legais e institucionais, preservando legibilidade, fidelidade e integridade das informações publicadas;
- m) possibilidade de encaminhamento prévio de prova digital da publicação (“boneco” ou “layout”), quando solicitado pela Administração;
- n) possibilidade de comprovação da circulação, abrangência e audiência do periódico, quando solicitado pela Administração;
- o) observância das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à publicidade dos atos administrativos e licitatórios.

A contratação deverá ser realizada mediante pregão eletrônico para registro de preços, considerando tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O objeto possui natureza de serviço não contínuo ou por escopo, considerando que as publicações ocorrerão de forma eventual, parcelada e sob demanda, conforme necessidade administrativa da SSP, sem dedicação contínua de mão de obra exclusiva e sem execução permanente e ininterrupta.

Não se verifica necessidade de vistoria prévia, prova de conceito ou amostras, considerando a natureza comum e amplamente difundida do objeto pretendido.

A eventual admissão de subcontratação parcial deverá ser disciplinada no Termo de Referência e na minuta contratual, observadas as características operacionais do mercado de publicidade legal e mantida a responsabilidade integral da futura contratada perante a Administração.

4.1. Da qualificação técnica

Considerando as características operacionais do objeto, a necessidade de adequada execução das publicações oficiais, a relevância da tempestividade das veiculações e os riscos administrativos decorrentes de falhas na publicidade legal dos atos administrativos e licitatórios da Secretaria da Segurança Pública – SSP, mostra-se necessária a exigência de qualificação técnica mínima das futuras licitantes, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A exigência de comprovação de aptidão por meio de atestado(s) de capacidade técnica possui como finalidade assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com a execução de serviços de publicação de atos oficiais, editais, comunicados e matérias correlatas em jornal diário de grande circulação, reduzindo riscos relacionados à inexecução contratual, falhas operacionais, atrasos nas publicações e prejuízos à publicidade dos atos administrativos da Administração Pública.

A definição de quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado da contratação mostra-se compatível com a complexidade operacional do objeto e proporcional à dimensão da futura contratação, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, sem impor restrição indevida à participação de licitantes.

A admissão de somatório de atestados busca ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de empresas que possuam experiência operacional compatível, ainda que decorrente de múltiplas contratações anteriores.

As exigências de qualificação técnica deverão limitar-se ao estritamente necessário à comprovação da capacidade operacional da futura contratada para adequada execução do objeto, vedadas exigências excessivas, desproporcionais ou potencialmente restritivas à competitividade, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento considerou alternativas técnicas, operacionais e econômicas disponíveis no mercado, bem como contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente no âmbito do Estado de São Paulo, buscando identificar a solução mais adequada para atendimento do interesse público envolvido.

Também foi realizada consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a sistemas oficiais de compras governamentais, sendo identificadas diversas contratações públicas similares ao objeto pretendido, promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública em diferentes esferas governamentais, evidenciando a existência de mercado competitivo, consolidado e com ampla quantidade de potenciais fornecedores aptos à prestação dos serviços.

As consultas realizadas demonstraram, ainda, que a forma de contratação predominantemente adotada pela Administração Pública para este tipo de serviço ocorre mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, considerando que as demandas de publicação possuem natureza variável, parcelada e eventual, dificultando a definição prévia e exata do quantitativo efetivamente necessário durante a vigência contratual.

5.1. Utilização exclusiva do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e meios eletrônicos oficiais

A primeira alternativa analisada consistiu na utilização exclusiva do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios eletrônicos institucionais para divulgação dos atos administrativos e licitatórios da SSP.

A solução apresenta como vantagens a elevada agilidade operacional, ampla acessibilidade eletrônica e redução de custos relacionados à publicação em veículos privados de comunicação.

Contudo, a alternativa mostrou-se juridicamente insuficiente para atendimento integral da necessidade administrativa, considerando que o art. 54, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece expressamente a obrigatoriedade de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação, além da divulgação no PNCP.

Dessa forma, embora o PNCP constitua instrumento essencial de publicidade oficial, sua utilização isolada não atende integralmente às exigências legais atualmente vigentes.

5.2. Contratações pontuais e individualizadas por demanda

A segunda alternativa analisada consistiu na realização de contratações individualizadas para cada necessidade de publicação surgida ao longo do exercício administrativo.

A solução permitiria certa flexibilidade operacional e eventual liberdade de escolha do periódico a cada demanda específica.

Entretanto, apresenta relevantes desvantagens operacionais e administrativas, especialmente em razão da multiplicidade de procedimentos administrativos, aumento do custo operacional interno, maior tempo de processamento das demandas, ausência de padronização operacional e risco de descontinuidade dos serviços.

Considerando a recorrência das necessidades de publicação no âmbito da SSP, a realização de contratações individualizadas para cada demanda não se mostra compatível com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. Adesão a Ata de Registro de Preços de outro órgão ou entidade

A terceira alternativa analisada consistiu na utilização de Ata de Registro de Preços gerenciada por outro órgão ou entidade pública.

A solução possui como vantagem a redução do tempo necessário para formalização da contratação, além da possibilidade de aproveitamento de procedimento licitatório já realizado por outro órgão da Administração.

Contudo, a alternativa apresenta limitações relevantes quanto à previsibilidade e continuidade do atendimento das demandas da SSP.

Atualmente, a Secretaria da Segurança Pública utiliza solução semelhante por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº DSA/CG 005/2025, gerenciada pelo Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral – DSA/CG. Entretanto, conforme MENSAGEM Nº DSACG-201/500/26, de 14MAI26, foi informado aos órgãos participantes que a referida Ata não terá sua vigência prorrogada, em razão da ausência de concordância da empresa detentora quanto à renovação contratual.

Na mesma comunicação, o DSA/CG esclareceu que eventual nova Ata de Registro de Preços não contemplará participação de outras unidades, circunstância que inviabiliza a continuidade da solução atualmente utilizada pela SSP.

Além disso, a dependência de atas gerenciadas por terceiros reduz a autonomia administrativa da Pasta e sujeita a continuidade do serviço à disponibilidade futura de instrumentos compatíveis com as necessidades institucionais da SSP.

5.4. Realização de Pregão Eletrônico para constituição de Ata de Registro de Preços própria

A quarta alternativa analisada consistiu na realização de pregão eletrônico visando à constituição de Ata de Registro de Preços própria da Secretaria da Segurança Pública – SSP para futura e eventual prestação dos serviços de publicação em jornal diário de grande circulação.

A solução apresenta vantagens relacionadas à continuidade do atendimento das demandas administrativas, contratação sob demanda, remuneração por unidade efetivamente executada, redução de custos administrativos, racionalização dos procedimentos de contratação, padronização operacional, maior autonomia administrativa e maior eficiência na gestão das publicações oficiais da Pasta.

O modelo mostra-se especialmente adequado considerando que as demandas de publicação possuem natureza variável, parcelada e eventual, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato de publicações que será efetivamente necessário ao longo da vigência contratual.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços revela-se compatível com as hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462 /2023, aplicado subsidiariamente no âmbito do Estado de São Paulo, especialmente em razão da existência de contratações frequentes, da remuneração por unidade de serviço e da impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato da demanda.

Como desvantagem, a solução demanda a realização de procedimento licitatório próprio pela SSP, exigindo instrução processual, planejamento administrativo e gestão da futura Ata de Registro de Preços. Contudo, tais fatores não afastam sua vantajosidade global, considerando os benefícios operacionais, jurídicos e administrativos decorrentes da solução.

5.5. Conclusão do levantamento de mercado

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a realização de pregão eletrônico para constituição de Ata de Registro de Preços própria da Secretaria da Segurança Pública – SSP representa a solução mais adequada técnica, operacional, administrativa e economicamente para atendimento da necessidade identificada.

A solução selecionada mostra-se compatível com a legislação vigente, com as características da demanda administrativa da Pasta e com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e segurança jurídica previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Adicionalmente, o levantamento de mercado demonstrou que a utilização do Sistema de Registro de Preços constitui prática amplamente adotada pela Administração Pública para este tipo de contratação, justamente em razão da imprevisibilidade do quantitativo efetivamente consumido e da necessidade de atendimento contínuo e sob demanda das publicações oficiais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida

A solução proposta consiste na realização de pregão eletrônico para constituição de Ata de Registro de Preços destinada à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de extratos de editais, avisos, comunicados, homologações, revogações, suspensões, resultados e demais atos administrativos da Secretaria da Segurança Pública – SSP, em jornal diário de grande circulação, em mídia física e/ou digital.

A contratação compreenderá todas as etapas necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo o recebimento das solicitações encaminhadas pela Administração, diagramação e adequação editorial do conteúdo, transmissão da matéria ao periódico, publicação do conteúdo, encaminhamento dos comprovantes de publicação e suporte operacional necessário ao atendimento das demandas da SSP.

A solução deverá operar sob regime de execução parcelada e sob demanda, considerando que as necessidades de publicação decorrem diretamente da dinâmica administrativa e da tramitação dos processos licitatórios e contratações públicas da Pasta, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato de publicações que será efetivamente consumido durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O ciclo de vida da solução compreende as etapas de planejamento da contratação, formalização da Ata de Registro de Preços, gerenciamento da ata, emissão das solicitações de publicação, execução dos serviços pela contratada, fiscalização da execução, comprovação das publicações realizadas, medição, pagamento e encerramento contratual.

Durante a execução contratual, as demandas serão encaminhadas pela Administração por meio eletrônico, cabendo à futura contratada realizar o processamento operacional das matérias, observando os prazos, padrões gráficos, requisitos de legibilidade, fidelidade das informações e demais condições estabelecidas no Memorial Descritivo, Termo de Referência e instrumentos contratuais decorrentes.

A solução deverá assegurar continuidade operacional, disponibilidade permanente de atendimento e capacidade de resposta compatível com a natureza dinâmica das publicações oficiais da SSP, garantindo a adequada publicidade dos atos administrativos e licitatórios da Pasta.

Considerando a natureza do objeto, a solução apresenta baixo impacto ambiental direto. Sempre que possível, deverão ser priorizados fluxos digitais para encaminhamento das demandas, envio de layouts, comprovação das publicações e armazenamento documental, visando racionalização do consumo de papel, aumento da eficiência administrativa e redução de custos operacionais.

Ao término da vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, deverá ser assegurada a disponibilização dos comprovantes das publicações realizadas durante o período contratual, permitindo rastreabilidade, controle administrativo e adequada instrução dos processos da Administração.

6.2. Classificação do objeto como serviço comum

O objeto pretendido caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente conhecidas, padronizadas e praticadas por diversos fornecedores especializados no segmento de publicidade legal e publicações institucionais.

Os serviços de publicação em jornal diário de grande circulação possuem natureza operacional padronizada e amplamente difundida no mercado, não demandando solução técnica singular, metodologia exclusiva, desenvolvimento intelectual complexo, inovação tecnológica relevante ou conhecimentos especializados de natureza predominantemente intelectual.

As condições de execução da contratação podem ser descritas de forma clara, objetiva e mensurável, abrangendo critérios relacionados à circulação do periódico, formato das publicações, prazos operacionais, fluxo de recebimento das demandas, forma de comprovação da veiculação, disponibilização dos comprovantes de publicação e demais requisitos técnicos ordinariamente praticados no mercado de publicidade legal.

O levantamento de mercado realizado demonstrou a existência de ampla quantidade de fornecedores aptos à execução do objeto, bem como recorrentes contratações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública mediante utilização da modalidade pregão eletrônico e do Sistema de Registro de Preços, reforçando o enquadramento do objeto como serviço comum.

Adicionalmente, a contratação não envolve predominância de atividade intelectual, customização complexa, desenvolvimento técnico específico ou solução especializada de alta complexidade, inexistindo elementos que justifiquem enquadramento diverso do objeto pretendido.

Embora a necessidade administrativa relacionada às publicações oficiais da Secretaria da Segurança Pública – SSP possua caráter recorrente ao longo do exercício administrativo, a execução contratual ocorrerá de forma eventual, parcelada e sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem disponibilidade contínua de equipe nas dependências da Administração e sem exigência de prestação contínua diária obrigatória, razão pela qual o objeto se caracteriza como serviço comum não contínuo, compatível com a utilização do Sistema de Registro de Preços.

Dessa forma, conclui-se que o objeto pretendido possui natureza de serviço comum, sendo adequada a adoção da modalidade pregão eletrônico, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Ausência de item padronizado no catálogo eletrônico

Após análise do objeto pretendido e verificação das soluções disponíveis nos instrumentos e catálogos eletrônicos de padronização vigentes no âmbito da Administração Pública, não foram identificados itens padronizados específicos capazes de atender integralmente às necessidades da SSP relacionadas à contratação de serviços de publicação em jornal de grande circulação. Desse modo, conclui-se pela inexistência de catálogo eletrônico padronizado aplicável ao objeto da presente contratação, razão pela qual a solução será especificada conforme as necessidades operacionais e administrativas descritas neste Estudo Técnico Preliminar, observados os princípios da padronização, competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. Da ausência de indicação de marca/modelo/produto específico:

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, não haverá indicação ou exigência de marca, modelo, fornecedor, veículo específico ou produto determinado, observando-se os princípios da isonomia, competitividade, impessoalidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. As especificações técnicas constantes deste Estudo Técnico Preliminar e dos demais documentos da contratação possuem caráter funcional e operacional, visando exclusivamente assegurar que os periódicos utilizados atendam às características mínimas necessárias à adequada divulgação dos atos administrativos e licitatórios da Secretaria da Segurança Pública – SSP, especialmente quanto à grande circulação, regularidade editorial, publicidade legal e capacidade operacional de execução dos serviços.

6.5. Da Desnecessidade de Vistoria Prévia

Considerando a natureza do objeto pretendido, conclui-se pela desnecessidade de realização de vistoria técnica prévia por parte das licitantes, uma vez que os serviços de publicação em jornal de grande circulação possuem execução predominantemente remota, eletrônica e padronizada, não demandando acesso físico às dependências da Administração para conhecimento das condições de execução contratual.

A execução dos serviços ocorrerá mediante encaminhamento eletrônico das matérias institucionais pela SSP à futura contratada, contendo os textos, layouts, dimensões e demais parâmetros necessários à publicação, inexistindo peculiaridades estruturais, operacionais ou ambientais que possam impactar a formulação das propostas comerciais ou a adequada execução do objeto.

Dessa forma, entende-se que a eventual realização de vistoria não agregaria elementos técnicos relevantes à elaboração das propostas, podendo, inclusive, representar exigência desnecessária e potencial restrição à competitividade, em desacordo com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da ampla competitividade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. Das condições de prestação dos serviços

A prestação dos serviços ocorrerá de forma remota e eletrônica, mediante encaminhamento das solicitações pela Secretaria da Segurança Pública – SSP à futura contratada, contendo os textos, informações, layouts, dimensões e demais parâmetros necessários à realização das publicações.

As solicitações de publicação serão encaminhadas, preferencialmente, por meio eletrônico, através de endereço de e-mail institucional, sistema próprio, plataforma eletrônica ou outro canal digital disponibilizado pela futura contratada para recebimento das demandas da Administração.

A futura contratada deverá manter canal eletrônico de atendimento operacional em funcionamento durante os dias úteis, em horário comercial, apto ao recebimento, confirmação, processamento e acompanhamento das solicitações encaminhadas pela SSP.

Após o recebimento da demanda, a contratada deverá confirmar eletronicamente o recebimento da solicitação e informar a previsão de publicação da matéria encaminhada, observados os prazos operacionais definidos nos documentos da contratação.

As publicações deverão ocorrer em jornal diário de grande circulação, em mídia física e/ou digital, observando integral fidelidade ao conteúdo encaminhado pela Administração, vedadas alterações não autorizadas pela SSP.

As solicitações encaminhadas até o horário limite estabelecido nos documentos da contratação deverão ser publicadas no primeiro dia útil subsequente, enquanto aquelas encaminhadas após o referido horário deverão observar os prazos operacionais definidos no Termo de Referência e demais instrumentos da contratação.

Após a efetiva publicação, a contratada deverá encaminhar à Administração os respectivos comprovantes de execução, preferencialmente em formato digital, contendo identificação da edição, data da publicação e cópia da matéria veiculada, para fins de conferência, fiscalização e ateste da execução dos serviços.

Os serviços serão executados sob demanda, de forma parcelada, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, conforme necessidade administrativa da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

6.7. Da mensuração dos resultados e do pagamento

A mensuração dos resultados da futura contratação ocorrerá com base nas publicações efetivamente realizadas pela contratada, observadas as condições, especificações e prazos estabelecidos nos documentos da contratação.

A unidade de medição dos serviços será “publicação realizada”, considerando-se como efetivamente executada a publicação devidamente veiculada em jornal diário de grande circulação, em conformidade com o conteúdo encaminhado pela Secretaria da Segurança Pública – SSP.

O pagamento ficará vinculado exclusivamente aos serviços efetivamente executados e comprovados, não havendo garantia de consumo mínimo ou pagamento antecipado de quantitativos estimados registrados na Ata de Registro de Preços.

Para fins de conferência e ateste da execução contratual, a futura contratada deverá encaminhar os respectivos comprovantes das publicações realizadas, contendo, no mínimo, identificação da edição, data da publicação e cópia da matéria publicada, preferencialmente em formato digital.

Compete à Secretaria da Segurança Pública – SSP realizar a conferência das publicações executadas, verificando a conformidade do conteúdo publicado, observância dos prazos operacionais, fidelidade das informações encaminhadas e regularidade da execução contratual antes da autorização do pagamento.

Somente serão considerados aptos ao pagamento os serviços efetivamente executados em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, Memorial Descritivo, Ata de Registro de Preços e demais documentos da contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem registradas foi elaborada com base no histórico de consumo da Secretaria da Segurança Pública – SSP, nas demandas recorrentes relacionadas à publicidade de procedimentos licitatórios e administrativos da Pasta, bem como na análise das contratações anteriormente realizadas.

Para fins de dimensionamento da demanda, foi realizado levantamento do consumo administrativo dos últimos 12 (doze) meses, período no qual a Administração realizou, em média, aproximadamente 60 (sessenta) publicações de extratos de editais, avisos, homologações, suspensões, revogações e demais atos administrativos sujeitos à obrigatoriedade de publicidade em jornal diário de grande circulação.

Entretanto, o quantitativo histórico isoladamente não representa adequadamente a demanda futura estimada da Pasta, considerando alteração superveniente da estrutura administrativa relacionada às contratações públicas da SSP.

Nesse contexto, considera-se especialmente relevante o processo de desativação da Unidade Gestora Executora – UGE 180387 – Centro Integrado de Comando e Controle – CICC, circunstância que resultou na absorção das demandas de contratação anteriormente vinculadas àquela Unidade pela UGE 180101 – Gabinete do Secretário e Assessorias.

Com a centralização das futuras demandas administrativas, licitatórias e contratuais do CICC na UGE 180101, estima-se aumento substancial do volume de procedimentos sujeitos à obrigatoriedade legal de publicidade oficial, especialmente considerando os projetos estratégicos, contratações de tecnologia, serviços especializados, aquisições e demais iniciativas conduzidas no âmbito do Centro Integrado de Comando e Controle.

Além disso, considerando que a futura contratação será estruturada mediante Sistema de Registro de Preços, com vigência inicial de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, mostra-se necessário que o quantitativo registrado possua capacidade suficiente para absorver as demandas ordinárias da SSP, bem como eventual ampliação do volume de publicações ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

Dessa forma, considerando o histórico de consumo, a absorção das demandas anteriormente vinculadas ao CICC, a natureza variável, parcelada e imprevisível das necessidades administrativas da Pasta e a necessidade de assegurar continuidade operacional e margem adequada de atendimento durante toda a vigência da contratação, estima-se a necessidade de registro de preços para até 150 (cento e cinquenta) publicações.

O quantitativo estimado possui caráter meramente referencial e não representa obrigação de contratação integral pela Administração, tampouco garante à futura contratada direito subjetivo à execução integral das quantidades registradas, considerando a própria natureza do Sistema de Registro de Preços.

A unidade de fornecimento adotada para fins de estimativa e futura contratação será “publicação realizada”, considerando tratar-se da forma usualmente praticada pelo mercado e pelas contratações públicas similares analisadas durante o levantamento de mercado e pesquisa de preços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A adoção do sigilo, no presente caso, fundamenta-se na necessidade de resguardar a competitividade do certame, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, bem como de prevenir o alinhamento indevido de propostas entre licitantes e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público. Ressalta-se que o sigilo será mantido pelo período estritamente necessário ao adequado desenvolvimento do certame, sendo posteriormente levantado na forma da legislação vigente, de modo a assegurar a transparência dos atos praticados e a plena viabilização do controle interno e externo pelos órgãos competentes.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características do objeto pretendido, conclui-se que não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da solução em múltiplos lotes, itens ou contratações simultâneas.

Os serviços de publicação em jornal diário de grande circulação possuem natureza operacional padronizada e integrada, sendo mais vantajosa a adoção de solução única para gerenciamento das demandas administrativas da SSP.

A eventual divisão da solução entre múltiplos fornecedores poderia ocasionar dificuldades de padronização operacional, aumento da complexidade administrativa, fragmentação da gestão contratual, divergência de fluxos operacionais, aumento do risco de falhas na publicidade dos atos administrativos e maior custo de fiscalização contratual.

Além disso, considerando que o objeto será executado sob demanda, em quantitativos variáveis e com acionamentos eventuais ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, o parcelamento da solução poderia comprometer a eficiência operacional da contratação, dificultando a gestão centralizada das publicações e a uniformidade dos procedimentos administrativos relacionados à publicidade oficial da Pasta.

Ressalta-se, ainda, que o mercado fornecedor possui ampla capacidade de atendimento integral do objeto, não havendo indicativos de restrição indevida à competitividade decorrente da contratação em item único.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em item único representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e econômico, observando os princípios da eficiência, economicidade, padronização e continuidade do serviço público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não possui dependência técnica direta de outras contratações para sua execução, considerando que os serviços de publicação em jornal diário de grande circulação podem ser executados de forma autônoma pela futura contratada.

Contudo, o objeto mostra-se diretamente correlato aos procedimentos licitatórios, contratações administrativas, dispensas, inexigibilidades, atas de registro de preços, credenciamentos e demais atos administrativos promovidos pela Secretaria da Segurança Pública – SSP, funcionando como instrumento acessório indispensável à adequada publicidade oficial dos procedimentos administrativos da Pasta.

A solução também se relaciona com os serviços e sistemas utilizados para condução das contratações públicas da SSP, especialmente Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sistemas eletrônicos de compras governamentais, Sistema Eletrônico de Informações – SEI e demais instrumentos administrativos utilizados na formalização e divulgação dos atos administrativos e licitatórios.

Além disso, a contratação possui relação operacional indireta com futuras contratações vinculadas ao Centro Integrado de Comando e Controle – CICC e às demais unidades administrativas da SSP, considerando que os procedimentos administrativos conduzidos pela Pasta poderão demandar publicidade oficial em jornal diário de grande circulação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

Entretanto, a inexistência da presente contratação poderá impactar diretamente a regular tramitação de processos licitatórios e administrativos da Administração, em razão da obrigatoriedade legal de publicidade prevista no art. 54, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Secretaria da Segurança Pública – SSP, especialmente no que se refere à continuidade das atividades administrativas, dos procedimentos licitatórios e da regular publicidade dos atos administrativos da Pasta.

A solução pretendida mostra-se compatível com os princípios do planejamento, eficiência, transparência e continuidade do serviço público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo suporte às contratações administrativas conduzidas pela SSP e assegurando o cumprimento das exigências legais relacionadas à publicidade oficial dos atos administrativos e licitatórios.

A demanda possui caráter superveniente, considerando que a SSP atualmente utiliza os serviços por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº DSA/CG 005/2025, gerenciada pelo Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral – DSA/CG, cuja não prorrogação foi formalmente comunicada por meio da MENSAGEM Nº DSACG-201/500/26, de 14MAI26.

Conforme informado na referida comunicação, a Ata de Registro de Preços vigente não será prorrogada em razão da ausência de concordância da empresa detentora quanto à renovação contratual nas condições atualmente pactuadas, possuindo vigência apenas até 29JUL26.

Na mesma oportunidade, o Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral – DSA/CG recomendou que os órgãos participantes realizassem diligências próprias visando à formalização de nova contratação ou eventual adesão a outras atas existentes, esclarecendo, ainda, que futura Ata de Registro de Preços eventualmente elaborada pelo Departamento não contemplará participação de outras unidades.

Dessa forma, a presente contratação foi objeto de solicitação de inclusão extemporânea no Plano de Contratações Anual – PCA, considerando a superveniência da necessidade administrativa e a imprescindibilidade da continuidade do serviço para manutenção da regularidade dos processos licitatórios e administrativos da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

A contratação também se mostra alinhada às diretrizes de governança e planejamento das contratações públicas, permitindo racionalização administrativa, padronização operacional, economicidade e maior eficiência na gestão das demandas de publicidade oficial da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa assegurar a continuidade regular da publicidade oficial dos atos administrativos e licitatórios da Secretaria da Segurança Pública – SSP, garantindo atendimento às exigências legais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e observância ao princípio constitucional da publicidade.

Como principal benefício institucional, a contratação permitirá a continuidade da tramitação regular dos procedimentos licitatórios, contratações administrativas, atas de registro de preços, dispensas, inexigibilidades e demais atos administrativos sujeitos à obrigatoriedade de publicação em jornal diário de grande circulação.

A solução também proporcionará maior eficiência administrativa, padronização operacional e racionalização dos procedimentos relacionados às publicações oficiais da Pasta, reduzindo a necessidade de contratações individualizadas e mitigando riscos de descontinuidade dos serviços.

A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá maior flexibilidade operacional para atendimento das demandas variáveis da Administração, possibilitando contratação sob demanda, remuneração por unidade efetivamente executada e melhor adequação entre consumo e necessidade administrativa efetiva.

A contratação contribuirá, ainda, para fortalecimento da transparência administrativa, ampliação da competitividade dos certames públicos, promoção do controle social e maior divulgação dos atos administrativos da SSP, ampliando o acesso da sociedade às informações públicas.

Sob o aspecto operacional, a solução permitirá maior previsibilidade administrativa, centralização da gestão das publicações oficiais, redução do tempo de processamento das demandas e maior segurança jurídica para os procedimentos administrativos da Pasta.

Além disso, a constituição de Ata de Registro de Preços própria proporcionará maior autonomia administrativa à Secretaria da Segurança Pública – SSP, reduzindo dependência de atas gerenciadas por outros órgãos e assegurando continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

A contratação também permitirá melhor gestão orçamentária e financeira, considerando que os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, possibilitando maior compatibilização entre necessidade administrativa, consumo efetivo e disponibilidade orçamentária da Administração.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilização da futura contratação, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à adequada instrução da fase preparatória do procedimento licitatório, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Estaduais aplicáveis, das orientações da Procuradoria Geral do Estado e dos modelos padronizados disponibilizados pela Administração Estadual.

Deverão ser elaborados e formalizados os documentos técnicos e administrativos necessários à instrução do processo, incluindo Documento de Formalização da Demanda – DFD, pesquisa de preços, análise de riscos, Memorial Descritivo, Termo de Referência, minuta de edital, minuta de Ata de Registro de Preços e demais peças pertinentes à futura licitação.

Também deverão ser observadas as exigências constantes do Parecer Referencial aplicável às contratações de serviços comuns não contínuos ou por escopo mediante pregão eletrônico para Sistema de Registro de Preços, incluindo justificativas relacionadas à adoção do SRP, análise de mercado, pesquisa de preços, gerenciamento da ata e demais requisitos da fase preparatória.

Após a conclusão da instrução processual, deverão ser adotadas as providências necessárias à realização do procedimento licitatório, incluindo análise jurídica, autorização da autoridade competente, publicação do edital, processamento do certame, julgamento das propostas, homologação, adjudicação e formalização da Ata de Registro de Preços.

Formalizada a Ata de Registro de Preços, deverão ser designados gestor e fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços, controle dos acionamentos realizados, fiscalização das publicações efetuadas, conferência dos comprovantes de veiculação e acompanhamento dos quantitativos consumidos durante a vigência da ata e dos instrumentos dela decorrentes.

Também deverão ser estabelecidos fluxos internos para encaminhamento das solicitações de publicação, conferência prévia dos layouts, validação das publicações realizadas, recebimento dos comprovantes de execução, controle administrativo das demandas e instrução dos processos de pagamento.

Durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, deverão ser adotadas medidas de acompanhamento da execução contratual, monitoramento dos saldos registrados, verificação da vantajosidade da manutenção da ata, controle dos prazos de vigência e adoção das providências administrativas necessárias à continuidade da prestação dos serviços de publicidade oficial da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental direto, considerando que os serviços serão executados predominantemente por meios eletrônicos e remotos, sem utilização intensiva de recursos naturais, geração significativa de resíduos ou necessidade de implantação de estruturas físicas pela Administração. Ainda assim, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos compatíveis com a natureza do objeto, conforme descrito no subitem a seguir.

14.1. Requisitos de Sustentabilidade

A futura contratação deverá observar, sempre que possível, práticas voltadas à racionalização do consumo de recursos materiais e à priorização de meios digitais para execução das atividades relacionadas às publicações oficiais da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

Deverão ser priorizados procedimentos eletrônicos para encaminhamento das solicitações de publicação, envio de layouts (“bonecos”), recebimento dos comprovantes de publicação e armazenamento documental, visando redução do consumo de papel, otimização dos fluxos administrativos e maior eficiência operacional.

Sempre que tecnicamente viável, poderão ser utilizados periódicos com disponibilização digital das publicações, sem prejuízo do atendimento às exigências legais relacionadas à publicidade oficial e à caracterização de jornal diário de grande circulação.

Também deverão ser observadas, sempre que possível e sem prejuízo da competitividade do certame, práticas compatíveis com responsabilidade socioambiental e sustentabilidade editorial por parte da futura contratada e dos periódicos utilizados na execução dos serviços.

Considerando a natureza do objeto, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da execução contratual, sendo suficientes as medidas administrativas de racionalização e priorização de fluxos digitais previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

15. Garantia da contratação

Considerando a natureza comum do objeto, a baixa complexidade técnica e operacional dos serviços, a execução sob demanda, o reduzido valor estimado da contratação e os baixos riscos financeiros e operacionais envolvidos, não se vislumbra, no presente caso, a necessidade de exigência de garantia de proposta ou de garantia contratual, nos termos dos arts. 58 e 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A exigência de garantias, tanto na fase de apresentação da proposta quanto na execução contratual, possui caráter discricionário e deve observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, economicidade e adequação aos riscos efetivamente envolvidos na contratação.

No caso concreto, verifica-se que os serviços pretendidos possuem baixa complexidade operacional, ampla oferta de fornecedores aptos no mercado, reduzido potencial de prejuízo relevante à Administração em caso de inadimplemento e execução de simples recomposição, circunstâncias que afastam a necessidade de imposição de garantias como mecanismo adicional de mitigação de riscos.

Adicionalmente, a não exigência de garantia de proposta e de garantia contratual contribui para ampliação da competitividade do certame, reduzindo custos indiretos suportados pelos licitantes e favorecendo maior participação de potenciais interessados, sem comprometimento da segurança, regularidade ou continuidade da futura contratação.

A definição definitiva acerca da eventual exigência ou dispensa de garantias deverá constar expressamente no Termo de Referência e na minuta contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios aplicáveis às contratações públicas e as orientações da Procuradoria Geral do Estado.

16. Da Subcontratação

Considerando a natureza do objeto pretendido, a necessidade de controle operacional da execução, a responsabilidade direta da futura contratada perante a Administração e a baixa complexidade operacional dos serviços, não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

A vedação à subcontratação busca assegurar a adequada responsabilização da futura contratada pela integral execução dos serviços, incluindo recebimento das demandas, processamento, diagramação, encaminhamento, publicação e comprovação da veiculação das matérias, evitando fragmentação indevida da execução contratual e eventuais prejuízos à fiscalização, rastreabilidade, controle operacional e responsabilização perante a Administração Pública.

Dessa forma, o Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

17. Justificativas para a utilização do SRP

17.1. Fundamentação legal para a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

A presente contratação será processada mediante utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando as características operacionais da demanda e a necessidade de execução parcelada e sob demanda dos serviços pretendidos.

Nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas hipóteses de contratações frequentes, fornecimento parcelado, atendimento a mais de um órgão ou entidade e quando, pelas características do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

A contratação pretendida enquadra-se nas hipóteses legais de utilização do SRP, especialmente em razão da natureza variável, eventual e imprevisível das demandas relacionadas às publicações oficiais da Secretaria da Segurança Pública – SSP, as quais dependem diretamente da tramitação dos procedimentos administrativos e licitatórios conduzidos pela Pasta.

Além disso, a contratação será remunerada por unidade de serviço efetivamente executada, característica compatível com o disposto no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, que admite a utilização do Sistema de Registro de Preços para contratações de serviços remunerados por unidade de medida ("publicação realizada") ou em regime de tarefa, bem como nas hipóteses em que houver necessidade de contratações frequentes ou impossibilidade de definição prévia dos quantitativos a serem demandados pela Administração.

No âmbito do Estado de São Paulo, aplica-se subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023 às contratações processadas mediante Sistema de Registro de Preços, conforme disposições do Decreto Estadual nº 67.608/2023 e orientações constantes do Parecer Referencial aplicável às contratações de serviços comuns não contínuos ou por escopo mediante pregão eletrônico para registro de preços.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços para a presente contratação encontra respaldo legal, técnico, operacional e econômico, mostrando-se a solução mais adequada para atendimento das necessidades administrativas da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

17.2. Justificativa técnica para a adoção do SRP

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada em razão das características operacionais da demanda relacionada às publicações oficiais da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

As necessidades administrativas relacionadas à publicação de avisos, editais, comunicados, homologações, suspensões, revogações e demais atos administrativos possuem natureza variável, eventual e imprevisível, uma vez que dependem diretamente da tramitação dos processos administrativos e licitatórios conduzidos pela Administração.

Além disso, a quantidade de publicações necessárias pode sofrer alterações ao longo da vigência da contratação em razão de fatores supervenientes, tais como republicações, retificações, suspensões, revogações, reabertura de prazos, impugnações, recursos administrativos e demais ocorrências inerentes à dinâmica dos procedimentos administrativos e licitatórios.

Dessa forma, não se mostra tecnicamente viável a definição prévia exata dos quantitativos efetivamente necessários ao longo da execução contratual, circunstância que justifica a utilização do Sistema de Registro de Preços, permitindo maior flexibilidade operacional e compatibilização entre a demanda efetiva e os serviços contratados.

A execução parcelada e sob demanda também se mostra mais adequada à realidade operacional da Administração, permitindo acionamentos conforme necessidade concreta da SSP, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados.

A adoção do SRP contribui ainda para maior eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos de contratação, padronização operacional e continuidade da prestação dos serviços de publicidade oficial da Pasta, reduzindo a necessidade de sucessivas contratações de pequeno vulto para atendimento de demandas pontuais e recorrentes.

17.3. Justificativa econômica para a adoção do SRP

Sob o aspecto econômico e orçamentário, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, considerando as características variáveis e imprevisíveis da demanda.

A utilização do SRP evita a formalização de contratação superdimensionada, incompatível com o consumo efetivo da Administração, reduzindo riscos de contratação de quantitativos superiores às reais necessidades da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

Da mesma forma, o modelo permite evitar saldos ociosos e contratações ineficientes, uma vez que os serviços serão executados apenas conforme necessidade efetiva da Administração e remunerados exclusivamente pelas publicações efetivamente realizadas.

A contratação sob demanda proporciona maior racionalização orçamentária e financeira, permitindo compatibilização entre disponibilidade orçamentária, consumo efetivo e necessidade administrativa ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Além disso, a adoção do SRP reduz custos administrativos relacionados à realização de múltiplos procedimentos licitatórios para atendimento de demandas recorrentes e fragmentadas, promovendo maior eficiência, economicidade e racionalização da gestão pública.

O modelo adotado também favorece maior previsibilidade administrativa, padronização operacional e melhor gestão dos recursos públicos, mostrando-se economicamente mais vantajoso e adequado às necessidades institucionais da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

17.4. Da intenção de registro de preços – IRP

Em observância ao disposto no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicável subsidiariamente no âmbito do Estado de São Paulo por força do Decreto Estadual nº 67.608/2023, a Secretaria da Segurança Pública – SSP realizará procedimento público de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando conferir publicidade à futura contratação e possibilitar eventual participação de outros órgãos ou entidades interessados.

A realização da IRP observa as diretrizes de transparência, planejamento, racionalização administrativa e governança das contratações públicas relacionadas ao Sistema de Registro de Preços, permitindo divulgação prévia da intenção da Administração e eventual consolidação de demandas compatíveis.

A participação de outros órgãos ou entidades ficará condicionada à análise de viabilidade técnica, operacional e gerencial pela Secretaria da Segurança Pública – SSP, na condição de órgão gerenciador da futura Ata de Registro de Preços, especialmente quanto à compatibilidade das demandas, capacidade de gerenciamento da ata e adequação dos quantitativos estimados.

A eventual inclusão de órgãos participantes poderá ensejar revisão e consolidação dos quantitativos inicialmente estimados neste Estudo Técnico Preliminar, observadas as necessidades efetivamente manifestadas durante o procedimento de IRP e a capacidade administrativa de gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços pela SSP.

Considerando as características operacionais da contratação, a SSP poderá limitar quantitativos, condições de participação ou número de órgãos participantes, caso necessário à preservação da adequada gestão contratual, eficiência administrativa e capacidade operacional do órgão gerenciador.

17.5. Consulta a IRPs e atas vigentes

Com objetivo de verificar a existência de soluções já disponíveis na Administração Pública capazes de atender às necessidades da Secretaria da Segurança Pública – SSP, foi realizada, em 22MAI26, consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e ao sistema Contratos.gov.br, visando identificar Atas de Registro de Preços vigentes, procedimentos de Intenção de Registro de Preços – IRP em andamento ou contratações compatíveis com o escopo da presente demanda.

As consultas realizadas tiveram como foco a identificação de atas ou procedimentos relacionados à prestação de serviços de publicação de atos administrativos e licitatórios em jornal diário de grande circulação, em mídia física e/ou digital, compatíveis com as necessidades operacionais e administrativas da SSP.

Entretanto, não foram identificadas Atas de Registro de Preços vigentes aptas ao atendimento integral da presente necessidade administrativa, tampouco procedimentos de IRP em andamento compatíveis com as características, quantitativos e condições operacionais pretendidas pela Administração.

Os comprovantes das consultas realizadas encontram-se devidamente juntados aos autos do processo administrativo, subsidiando a presente justificativa e demonstrando a inexistência de solução disponível apta ao atendimento da demanda da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

17.6. Da participação de órgãos participantes

A futura Ata de Registro de Preços poderá admitir a participação de outros órgãos ou entidades interessados, desde que haja compatibilidade entre as respectivas necessidades administrativas e o objeto da contratação.

A participação de órgãos participantes ficará condicionada à análise prévia da Secretaria da Segurança Pública – SSP, na condição de órgão gerenciador da futura Ata de Registro de Preços, especialmente quanto à viabilidade operacional, compatibilidade das demandas, adequação dos quantitativos e capacidade gerencial da Administração para condução e fiscalização da ata.

A SSP poderá limitar a participação de órgãos interessados, quantitativos ou condições operacionais da futura Ata de Registro de Preços, caso verifique risco de comprometimento da adequada gestão contratual, da eficiência administrativa ou da capacidade operacional do órgão gerenciador.

Na hipótese de participação de outros órgãos ou entidades, poderá ocorrer consolidação dos quantitativos estimados inicialmente neste Estudo Técnico Preliminar, observadas as manifestações formalizadas durante o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP e a viabilidade administrativa da gestão compartilhada da futura ata.

17.7. Da adesão por órgãos não participantes (“carona”)

Não será admitida a adesão à futura Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes (“carona”), considerando que a ampliação dos quantitativos originalmente planejados poderá acarretar prejuízo à execução das demandas prioritárias da Secretaria da Segurança Pública – SSP, bem como comprometer a adequada gestão e fiscalização da ata pelo órgão gerenciador.

A vedação à adesão decorre da necessidade de preservação da capacidade gerencial e operacional da SSP, especialmente em razão da natureza parcelada, variável e sob demanda das publicações, cujo quantitativo foi dimensionado com base nas necessidades específicas da Pasta e dos órgãos participantes formalmente consolidados durante a fase de Intenção de Registro de Preços – IRP.

Adicionalmente, a não admissão de adesões busca assegurar maior controle administrativo sobre os quantitativos registrados, a execução contratual, a fiscalização dos serviços e a adequada gestão da Ata de Registro de Preços, evitando riscos de comprometimento da capacidade operacional da futura contratada e eventuais impactos negativos à continuidade e tempestividade das publicações institucionais e licitatórias da SSP.

17.8. Da inexistência de obrigação de contratação integral

Os quantitativos constantes da futura Ata de Registro de Preços possuem caráter meramente estimativo, elaborados com base no histórico de consumo da Administração, projeções de demandas futuras e necessidades operacionais identificadas pela Secretaria da Segurança Pública – SSP.

A formalização da Ata de Registro de Preços não gerará à Administração obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, tampouco assegurará à futura contratada direito subjetivo à execução integral dos quantitativos estimados.

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, eventual e sob demanda, conforme necessidade efetiva da Administração durante a vigência da ata e dos instrumentos dela decorrentes, observadas a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.

Os quantitativos registrados representam mera expectativa estimada de consumo, podendo sofrer variações para mais ou para menos ao longo da vigência da contratação, em razão da natureza dinâmica, variável e imprevisível das demandas relacionadas às publicações oficiais da SSP.

A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequada ao presente objeto justamente em razão da impossibilidade de definição prévia exata dos quantitativos efetivamente necessários durante a execução contratual, considerando que as publicações dependem diretamente da tramitação dos procedimentos administrativos e licitatórios da Pasta.

17.9. Da vigência da Ata de Registro de Preços

A futura Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

Nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicável subsidiariamente no âmbito do Estado de São Paulo, a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantagem da manutenção da ata, observados os quantitativos remanescentes, a disponibilidade orçamentária e as condições estabelecidas na legislação vigente.

A possibilidade de prorrogação mostra-se compatível com as características da contratação, considerando a natureza recorrente e continuada das necessidades administrativas relacionadas à publicidade oficial dos atos administrativos e licitatórios da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à manifestação favorável da Administração quanto à vantagem, regularidade da execução contratual, manutenção das condições inicialmente pactuadas e interesse público na continuidade da utilização da ata.

17.10. Da gestão e gerenciamento da Ata

A Secretaria da Segurança Pública – SSP atuará como órgão gerenciador da futura Ata de Registro de Preços, competindo-lhe a condução dos procedimentos administrativos relacionados ao gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e controle da execução da ata e dos instrumentos dela decorrentes.

Compete ao órgão gerenciador promover o acompanhamento dos quantitativos registrados e consumidos, controle dos saldos disponíveis, gerenciamento dos acionamentos realizados, fiscalização da execução dos serviços e adoção das providências administrativas necessárias à adequada gestão da contratação.

A SSP também será responsável pelo acompanhamento da regularidade da execução contratual, conferência das publicações realizadas, validação dos comprovantes de execução, controle dos prazos operacionais e verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos instrumentos convocatórios e contratuais.

Na hipótese de participação de órgãos participantes ou adesão por órgãos não participantes, caberá à SSP avaliar a viabilidade administrativa e operacional das solicitações, bem como controlar os quantitativos utilizados, observados os limites legais e a capacidade gerencial da Administração.

A gestão da futura Ata de Registro de Preços observará os princípios da eficiência, planejamento, controle, economicidade e governança das contratações públicas, visando assegurar adequada execução contratual e continuidade dos serviços de publicidade oficial da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

17.11. Da vantagem da solução mediante SRP

Após as análises técnicas, operacionais, jurídicas e econômicas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP representa a solução mais vantajosa e adequada para atendimento das necessidades da Secretaria da Segurança Pública – SSP relacionadas à publicação de atos administrativos e licitatórios em jornal diário de grande circulação.

A natureza da demanda administrativa demonstra significativa variabilidade e imprevisibilidade quanto aos quantitativos efetivamente necessários durante a execução contratual, considerando que as publicações dependem diretamente da tramitação dos procedimentos administrativos e licitatórios conduzidos pela Pasta, incluindo situações supervenientes como republicações, retificações, suspensões, revogações, reabertura de prazos, recursos administrativos e demais intercorrências inerentes à dinâmica dos processos administrativos.

Nesse contexto, a adoção de contratação por escopo fechado, com quantitativos rigidamente previamente definidos e contratação integral obrigatória, não se mostra tecnicamente adequada nem economicamente eficiente, uma vez que poderia gerar contratação superdimensionada, saldos ociosos, desperdício de recursos públicos e descompasso entre a demanda efetiva da Administração e os quantitativos contratados.

Por outro lado, o Sistema de Registro de Preços possibilita maior flexibilidade operacional e melhor compatibilização entre a necessidade efetiva da Administração e os serviços efetivamente executados, permitindo acionamentos parcelados e sob demanda, sem obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos registrados.

A solução adotada também se mostra aderente às práticas ordinariamente verificadas no mercado fornecedor e nas contratações públicas similares identificadas em consultas realizadas junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais sistemas oficiais, nas quais se verificou ampla utilização do Sistema de Registro de Preços para serviços de publicidade legal e publicação de atos administrativos, justamente em razão da natureza variável e imprevisível das demandas.

Sob o aspecto jurídico, a adoção do SRP encontra pleno respaldo nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, aplicável subsidiariamente no âmbito do Estado de São Paulo, especialmente nas hipóteses de contratações frequentes, execução parcelada, remuneração por unidade de medida e impossibilidade de definição prévia exata dos quantitativos demandados pela Administração.

A solução também se mostra alinhada às orientações constantes do Parecer Referencial aplicável às contratações de serviços comuns não contínuos ou por escopo mediante pregão eletrônico para Sistema de Registro de Preços, bem como à jurisprudência e entendimentos dos órgãos de controle, que reconhecem a adequação do SRP para demandas variáveis, parceladas e de quantitativos imprevisíveis.

Além disso, a utilização do SRP promove maior eficiência administrativa, racionalização procedimental, redução de custos operacionais relacionados à realização de múltiplos certames e maior agilidade na formalização dos acionamentos necessários à continuidade das atividades administrativas da SSP.

Do ponto de vista econômico, a solução permite pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, melhor gestão orçamentária, maior controle dos quantitativos consumidos e mitigação de riscos relacionados à contratação de quantitativos incompatíveis com a demanda real da Administração.

Dessa forma, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços representa a solução técnica, operacional, jurídica e economicamente mais vantajosa para atendimento das necessidades da Secretaria da Segurança Pública – SSP, mostrando-se superior à adoção de contratação por escopo fechado ou quantitativos integralmente pré-definidos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Justificativa da viabilidade e manifestação conclusiva

Diante das análises técnicas, operacionais e administrativas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da futura contratação destinada ao registro de preços para prestação de serviços de publicação de extratos de editais, avisos, comunicados, homologações, revogações, suspensões, resultados e demais atos administrativos da Secretaria da Segurança Pública – SSP, em jornal diário de grande circulação.

A solução proposta mostra-se adequada às necessidades institucionais da Administração, compatível com as exigências legais previstas no art. 54, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alinhada aos princípios da publicidade, transparência, eficiência, continuidade do serviço público e competitividade das contratações públicas.

O levantamento de mercado realizado demonstrou a existência de ampla quantidade de fornecedores aptos à execução do objeto, bem como a recorrente utilização do Sistema de Registro de Preços para contratações semelhantes promovidas pela Administração Pública, especialmente em razão da natureza variável, parcelada e imprevisível das demandas relacionadas às publicações oficiais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente recomendável e economicamente vantajosa, considerando que as necessidades da Administração ocorrerão sob demanda, sem possibilidade de definição prévia exata dos quantitativos efetivamente necessários ao longo da vigência da contratação.

Também se verificou que a solução pretendida possui baixa complexidade técnica, reduzidos impactos ambientais, ampla disponibilidade de mercado fornecedor e possibilidade de execução mediante padrões objetivos e usuais de mercado, caracterizando o objeto como serviço comum, apto à contratação mediante pregão eletrônico.

A contratação mostra-se ainda necessária para assegurar continuidade da publicidade oficial dos atos administrativos e licitatórios da SSP, especialmente diante da não prorrogação da Ata de Registro de Preços nº DSA/CG 005/2025, atualmente utilizada pela Pasta, circunstância que gerou necessidade superveniente de formalização de contratação própria pela Administração.

As estimativas de quantitativos e valores foram elaboradas com base em histórico de consumo, análise das necessidades futuras da Pasta, levantamento de mercado e pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto Estadual nº 67.888/2023, mostrando-se adequadas e compatíveis com as necessidades administrativas identificadas.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, administrativa e econômica da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento da instrução processual e adoção das providências necessárias à formalização da futura licitação e constituição da Ata de Registro de Preços.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAYLSON MOREIRA PEREIRA

Requisitante

MEMORIAL DESCRITIVO

SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

CatServ - 4227 - Publicação legal / editais

Siafísico - BEC - 2569 - Serviço de Divulgação e Promoção - Publicação de Edital

Natureza da despesa - 339003918

1. OBJETO

1.1. O presente Memorial Descritivo tem por objeto estabelecer as especificações técnicas e operacionais para o registro de preços visando à futura e eventual prestação de serviços de publicação de extratos de editais, avisos, comunicados, homologações, revogações, suspensões, resultados e demais atos administrativos da Secretaria da Segurança Pública – SSP, em jornal diário de grande circulação, em mídia física e/ou digital.

1.2. O quantitativo estimado para registro corresponde a até 150 (cento e cinquenta) publicações, a serem executadas de forma parcelada, eventual e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou dos instrumentos dela decorrentes, conforme necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de quantidade mínima ou frequência mínima de solicitações.

1.3. O quantitativo registrado constitui mera estimativa de consumo, não gerando à Administração obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, nem à Contratada direito à execução integral do objeto registrado.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços compreenderão:

2.1.1. recebimento, conferência e processamento do material encaminhado pela Contratante;

2.1.2. adequação gráfica e editorial estritamente necessária à publicação da matéria, sem alteração do conteúdo encaminhado pela Contratante;

2.1.3. elaboração, fechamento e transmissão da matéria ao veículo de comunicação;

2.1.4. publicação de extratos de editais, avisos, comunicados, homologações, revogações, suspensões, resultados e demais atos administrativos em jornal diário de grande circulação;

2.1.5. confirmação do recebimento da solicitação de publicação;

2.1.6. informação da data prevista da veiculação;

2.1.7. encaminhamento prévio de prova digital da publicação (“boneco” ou “layout”), quando solicitado pela Contratante;

2.1.8. realização das correções eventualmente solicitadas pela Contratante antes da publicação definitiva;

2.1.9. encaminhamento do comprovante da publicação realizada.

2.2. As solicitações de publicação ocorrerão de forma parcelada, eventual e sob demanda, conforme necessidade administrativa da Contratante, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou dos instrumentos dela decorrentes, sem obrigatoriedade de quantidade mínima ou frequência mínima de solicitações.

2.3. O fornecimento dos serviços ocorrerá mediante publicação em um ou mais jornais diários de grande circulação, em mídia física e/ou digital, observadas as condições de ampla publicidade e alcance previstas neste Memorial.

2.4. As publicações deverão ocorrer, preferencialmente, em seção destinada à publicidade legal, atos oficiais, licitações, caderno de economia, negócios, editais ou equivalente, vedada a realização de publicações em seções de classificados, esportes ou em periódicos destinados a públicos específicos, segmentados ou restritos, tais como jornais sindicais, associativos, cooperativos ou equivalentes.

2.5. Não atenderão ao objeto da contratação periódicos com circulação restrita a determinadas localidades, regiões específicas ou públicos limitados, incompatíveis com a finalidade de ampla publicidade dos atos administrativos e licitatórios da Administração Pública.

2.6. As especificações constantes deste Memorial possuem caráter referencial e orientativo, podendo sofrer adequações em razão da natureza do conteúdo encaminhado pela Administração, desde que preservadas a finalidade da publicação, a legibilidade e as características mínimas exigidas.

3. CARACTERÍSTICAS DO PERIÓDICO

3.1. O periódico utilizado para execução dos serviços deverá:

3.1.1. possuir circulação diária regular;

3.1.2. possuir seção destinada à publicidade legal, atos oficiais, editais ou equivalente;

3.1.3. possuir abrangência regional, estadual ou nacional compatível com a finalidade de ampla publicidade dos atos administrativos e licitatórios da Administração Pública;

3.1.4. possuir estrutura editorial regular e profissionalizada;

3.1.5. possuir conteúdo jornalístico regular e pluralidade editorial;

3.1.6. possuir disponibilidade operacional compatível com a execução das demandas sob regime de fornecimento parcelado e sob demanda;

3.1.7. possuir condições adequadas de legibilidade, acessibilidade e visualização das publicações, observando padrões compatíveis com publicações legais e institucionais.

3.2. Para fins desta contratação, será considerado jornal de grande circulação aquele que possua ampla divulgação e alcance compatíveis com a finalidade de publicidade oficial dos atos administrativos e licitatórios da Administração Pública.

3.3. Quando se tratar de periódico impresso, será considerado como parâmetro referencial de grande circulação a tiragem mínima de 20.000 (vinte mil) exemplares diários, quando aplicável ao modelo de circulação física do periódico, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no TC-06736/026/06.

3.4. Na hipótese de periódico digital ou híbrido, a Contratada deverá comprovar audiência, alcance e acessibilidade compatíveis com o conceito de grande circulação, mediante relatórios emitidos por ferramentas de aferição, auditoria especializada, entidade certificadora ou outro meio idôneo equivalente.

3.5. Não atenderão ao objeto da contratação periódicos destinados exclusivamente a públicos específicos, segmentados ou restritos, bem como aqueles com circulação limitada a determinadas regiões ou localidades incompatíveis com a finalidade de ampla publicidade dos atos administrativos.

3.6. É vedada a utilização de folhas avulsas, encartes independentes ou publicações dissociadas da sequência regular do periódico.

3.7. A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a manutenção das condições de circulação, abrangência e alcance do periódico durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

3.8. A substituição do periódico inicialmente indicado pela Contratada dependerá de prévia autorização da Administração, mediante comprovação de atendimento integral às exigências previstas neste Memorial Descritivo.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A Contratante encaminhará o conteúdo das publicações por meio eletrônico, em formato editável, contendo as informações necessárias à correta veiculação da matéria.

4.2. A Contratada deverá disponibilizar endereço eletrônico, sistema próprio ou plataforma eletrônica apta ao recebimento, processamento e acompanhamento das solicitações de publicação.

4.3. O fluxo operacional das demandas poderá ocorrer por meio de correio eletrônico, sistema informatizado ou plataforma eletrônica disponibilizada pela Contratada.

4.4. A Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e informar a data prevista da publicação no mesmo dia útil do envio da demanda.

4.5. As solicitações encaminhadas pela Contratante até as 14h deverão ser publicadas no dia útil subsequente, salvo data diversa expressamente indicada pela Administração.

4.6. As solicitações encaminhadas após as 14h deverão ser publicadas no próximo dia útil, admitindo-se prazo diverso previamente ajustado entre as partes, conforme necessidade administrativa ou complexidade da demanda.

4.7. Considerando que as publicações ocorrerão de forma parcelada, eventual e sob demanda ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, a Contratada

deverá manter disponibilidade operacional compatível com o atendimento das demandas sob regime de execução parcelada e sob demanda.

4.8. Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá encaminhar previamente prova digital da publicação (“boneco” ou “layout”) para conferência e aprovação antes da efetiva veiculação.

4.9. Eventuais correções solicitadas pela Contratante deverão ser realizadas pela Contratada em prazo compatível com a data prevista para publicação da matéria.

4.10. O conteúdo encaminhado pela Contratante deverá ser publicado integralmente, sendo vedadas alterações, supressões ou modificações não autorizadas pela Administração.

4.11. As publicações deverão observar:

4.11.1. fonte legível e padrão gráfico compatível com publicações legais e institucionais;

4.11.2. identificação do órgão contratante;

4.11.3. fidelidade integral ao texto encaminhado pela Contratante;

4.11.4. adequada qualidade visual da publicação;

4.11.5. vedada compactação gráfica que prejudique a leitura, compreensão ou visualização do conteúdo publicado.

4.12. As matérias deverão ser publicadas em preto e branco, admitida a utilização de logotipo institucional colorido, quando encaminhado pela Contratante.

4.13. O cabeçalho ou rodapé da publicação deverá conter, sempre que aplicável, identificação do periódico, data da edição, número da página e demais elementos editoriais regulares do jornal, vedada a utilização de folhas avulsas, encartes independentes ou publicações dissociadas da sequência regular do periódico.

5. MODELO ILUSTRATIVO DA PUBLICAÇÃO

5.1. As publicações deverão observar padrão compatível com publicações legais e institucionais, preservando a legibilidade, integridade do conteúdo e adequada identificação da Administração.

5.2. As publicações terão como parâmetro referencial ocupação de até 01 (uma) coluna, em dimensões compatíveis com publicações legais usuais de pequeno porte, sem prejuízo de adequações decorrentes da natureza do conteúdo encaminhado pela Administração.

5.3. Além do conteúdo principal da publicação, deverá constar cabeçalho contendo a identificação institucional da Secretaria da Segurança Pública – SSP, observando o modelo ilustrativo constante deste Memorial.

5.4. O modelo abaixo possui caráter meramente ilustrativo e referencial, podendo haver adequações editoriais do periódico, desde que mantidas as características mínimas previstas neste Memorial Descritivo.



Figura 1 - Modelo de publicação

5.5. As publicações deverão conter, sempre que aplicável:

UASG 180101 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº

Pregão Eletrônico nº XX/2026

Processo SEI nº XXX.XXXXXXX/2026-XX

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de _____, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Data da Sessão Pública: XX/XX/2026 às XXhXX.

O edital completo encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no endereço eletrônico: _____.

Entrega e abertura das propostas.

Fonte:

5.6. As especificações constantes do modelo ilustrativo possuem caráter meramente orientativo e referencial, podendo sofrer adequações em razão da natureza do conteúdo encaminhado pela Administração, desde que preservadas a finalidade da publicação, a legibilidade e as características mínimas exigidas neste Memorial.

6. COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. Após a efetiva veiculação da publicação, a Contratada deverá encaminhar à Contratante:

6.1.1. cópia digital da página publicada;

6.1.2. identificação da edição, data da publicação e nome do periódico utilizado;

6.1.3. comprovante da veiculação realizada.

6.2. O comprovante da publicação deverá ser encaminhado, preferencialmente, em formato PDF, contendo, sempre que possível, a página integral da publicação e os elementos editoriais regulares do periódico.

6.3. A comprovação da publicação deverá ser encaminhada até as 15h do mesmo dia da veiculação da matéria.

6.4. A Contratada deverá disponibilizar mecanismo de consulta eletrônica retroativa das publicações realizadas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, sem custos adicionais à Administração.

6.5. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, reapresentação dos comprovantes das publicações realizadas durante a vigência contratual.

6.6. A simples veiculação da matéria não afasta a necessidade de comprovação formal da execução dos serviços para fins de fiscalização, medição e pagamento.

7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da Contratada:

7.1.1. Executar os serviços de forma tempestiva, adequada e compatível com o regime de execução parcelada e sob demanda, em conformidade com as condições estabelecidas neste Memorial Descritivo.

7.1.2. Garantir a fidelidade, integridade e exatidão das informações publicadas, observando integralmente o conteúdo encaminhado pela Contratante.

7.1.3. Manter canal de atendimento operacional durante os dias úteis, apto ao recebimento e acompanhamento das solicitações da Administração.

7.1.4. Manter disponibilidade operacional contínua para atendimento das demandas da SSP durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

7.1.5. Responsabilizar-se pelas etapas de recebimento, diagramação, formatação, fechamento de arquivo, transmissão e publicação das matérias.

7.1.6. Encaminhar previamente prova digital da publicação (“boneco” ou “layout”), quando solicitado pela Contratante.

7.1.7. Realizar, sem ônus à Administração, republicação, correção, substituição ou nova veiculação da matéria quando houver erro, atraso, falha operacional, desconformidade com o layout aprovado ou qualquer inconsistência decorrente da execução da Contratada.

7.1.8. Responder integralmente por falhas operacionais relacionadas à publicação das matérias.

7.1.9. Indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e atendimento das demandas administrativas da Contratante.

7.1.10. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a manutenção das condições de circulação, abrangência e alcance do periódico utilizado.

7.1.11. Preservar sigilo e confidencialidade sobre informações eventualmente acessadas em razão da execução contratual, quando aplicável.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações previstas neste Memorial Descritivo, hipótese em que a Contratada deverá promover as correções necessárias sem ônus adicional à Administração.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A unidade de medição dos serviços será “publicação realizada”.

8.2. A medição ocorrerá com base nas publicações efetivamente executadas, veiculadas e devidamente comprovadas pela Contratada.

8.3. O pagamento ocorrerá somente pelas publicações efetivamente realizadas e aprovadas pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Memorial Descritivo e nos instrumentos contratuais decorrentes.

8.4. A Administração verificará a conformidade do conteúdo publicado, dos comprovantes apresentados e das condições de execução dos serviços antes da autorização do pagamento.

8.5. Publicações executadas em desacordo com as especificações estabelecidas neste Memorial Descritivo poderão ser rejeitadas, glosadas ou objeto de solicitação de republicação, sem ônus adicional à Administração.

9. DOS PRAZOS CONTRATUAIS

9.1. O prazo de vigência das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Durante a vigência das contratações decorrentes, as solicitações de publicação poderão ocorrer de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade da Secretaria da Segurança Pública – SSP, até o limite quantitativo do respectivo acionamento.

9.3. Considerar-se-á concluído cada acionamento após a efetiva execução das publicações solicitadas, apresentação dos respectivos comprovantes de veiculação e ateste da execução pela Administração.

9.4. Eventuais saldos remanescentes não utilizados ao término da vigência da contratação decorrente não gerarão direito à indenização, compensação ou expectativa de consumo mínimo por parte da contratada.

10. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados de forma remota e eletrônica, sem necessidade de prestação presencial nas dependências da Secretaria da Segurança Pública – SSP, localizada na Rua Líbero Badaró, nº 39, Centro, Município de São Paulo/SP, CEP 01009-000.

10.2. Considerando que a SSP integra a Administração Pública do Estado de São Paulo, as publicações deverão ocorrer em jornal diário de grande circulação com alcance compatível com a

abrangência territorial e institucional das atividades da Pasta, especialmente no âmbito do Estado de São Paulo.

10.3. As solicitações de publicação serão encaminhadas pela Administração por meio eletrônico, utilizando os canais operacionais disponibilizados pela contratada.

10.4. A contratada será integralmente responsável pela disponibilização da infraestrutura operacional, tecnológica e editorial necessária à adequada execução dos serviços.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

11.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de serviços de publicação de atos oficiais, editais ou matérias em jornal diário de grande circulação;

11.3. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a execução mínima de 75 (setenta e cinco) publicações de extratos de editais, atos oficiais ou matérias correlatas em jornal diário de grande circulação, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado do objeto licitado;

11.4. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido;

11.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

11.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O quantitativo registrado compreenderá até 150 (cento e cinquenta) publicações, executadas de forma parcelada, eventual e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, conforme necessidade da Administração.

12.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação pública.

12.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. O descumprimento das condições estabelecidas neste Memorial Descritivo poderá ensejar aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos contratuais dela decorrentes.

12.5. A exigência de publicação em jornal diário de grande circulação decorre do disposto no art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à publicidade dos atos públicos.

12.6. As especificações constantes deste Memorial Descritivo possuem caráter mínimo obrigatório, podendo a Administração exigir adequações operacionais necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado, desde que mantida a compatibilidade com a natureza dos serviços.

DAYLSON MOREIRA PEREIRA
1º Ten PM – Assessor Militar – Serviço de Compras

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 025.00006011/2026-35)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O(A) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DO(A) GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS E

A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do(a) Gabinete do Secretário e Assessorias, com sede no(a) rua Líbero Badaró, 39, Centro, na cidade de São Paulo / Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.377.800/0099-30, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº/inscrito(a) no CPF sob o nº.....], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 025.00006011/2026-35 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90017/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Registro de preços** para contratação(ões) futura(s) de **serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação**, para atendimento das demandas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, enquadrando-se como serviços comuns não contínuos e não definidos como serviços de engenharia, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT GOV e CAT BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação	4227 / 2569	01	640	R\$	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O **prazo de vigência da contratação** é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a **22/05/2026**.
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *30 (trinta) dias* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

*A **sanção de multa** será calculada em conformidade com a **Resolução nº SSP-05/2026**, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 00001/180101;*
- II. Fonte de Recursos: 150010001;*
- III. Programa de Trabalho: 06181182065590000;*
- IV. Elemento de Despesa: 339039;*
- V. Plano Interno: 0100;*
- VI. Nota de Empenho: 2026NEXXXX*

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico Nº 90017/2026

Processo Administrativo nº SEI - 025.00006011/2026-35

OBJETO RESUMIDO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de **serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação.**

Eu, _____, portador do CPF nº _____, e representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ nº _____, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos, bem como todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ _____ (valor por extenso), conforme a planilha que constitui parte indissociável desta proposta de preços.

TABELA DE COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT GOV e CAT BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação	4227 / 2569	01 (unidade)	640	R\$	R\$

DADOS DA EMPRESA:

Endereço: _____

E-mail: _____

Telefone de contato: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

E-mail: _____

DADOS BANCÁRIOS (Banco do Brasil):

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data: _____

Assinatura:

(Nome e assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Gabinete do Secretário e Assessorias, com sede no(a) *rua Líbero Badaró, 39, Centro*, na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.377.800/0099-30, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pelo(a) *[Portaria/.....]* nº, de de de 202..., publicado(a) no DOE de de de, *[portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº]*, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo nº **025.00006011/2026-35**, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação**, para atendimento das demandas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, enquadrando-se como serviços comuns não contínuos e não definidos como serviços de engenharia, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do **Edital de Pregão Eletrônico nº 90017/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: (<i>nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário
1	Serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação	01	640	640	R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a **Secretaria da Segurança Pública**.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, **são órgãos ou entidades participantes** do registro de preços.

Item nº	Órgão(s) ou Entidade(s) Gerenciador	UASG	Unidade	Quantidade
1	95559 - ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	180101 - ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.S.PUBL	01	150
Item nº	Órgão(s) ou Entidade(s) Participante(s)	UASG	Unidade	Quantidade
1	95559 - ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	180158 - ESP-COM.POL.INT.3(CPI-3-CEL.PAULO M.SERRAT FI	01	200
		180183 - ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	01	100
		180168 - ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE	01	150
	95571 - ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO-UNESP - 102320	102320 - ESP-UNESP- FAC. FILOSOFIA CIENCIAS-C.MARILIA	01	40

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. **Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços**, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. **Em caso de termo aditivo** para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, **haverá quantitativo adicional** [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado].

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário

ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração

da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

- a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a *assinatura de termo de contrato*, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de *02 (dois) dias úteis*, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro

Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

São Paulo, na data da assinatura digital

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário
1	Serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação	01	640	640	R\$

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário
1	Serviços de publicação de extrato do edital em jornal diário de grande circulação	01	640	640	R\$